
AS POLÍTICAS SOCIAIS SÃO URGENTES

Jairo Carneiro*

A economia brasileira deverá crescer 3,9% em 1994, segundo o IPEA, um ponto percentual a menos que em 1993. O nível de atividade das empresas chegou a 83% da capacidade instalada em outubro; conforme a FGV, o melhor índice mensal desde outubro de 1989, e o mesmo alcançado durante o ano de 1986, por força do Plano Cruzado. Alguns setores trabalham à plena capacidade, fazendo com que o Governo adote medidas de contenção. Mesmo assim, os empresários comemoram as vendas. O Governo eleito disse que os resultados do segundo turno não poderiam ser melhores. O Rio de Janeiro continua lindo, mas a violência! Lá fora, países comemoram a formação de mais um bloco econômico, o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). O racismo foi elevado à categoria de ciência e ganhou com a publicação do livro **A Curva do Sino**, nos EUA, arsenal para que o Governo corte recursos à educação dos negros. Os italianos vão às ruas protestar pela redução do orçamento da seguridade social.

As informações acima são o resumo dos principais veículos de informação do País. Alguém que estivesse desembarcando, nestes meados de novembro, no Brasil certamente diria: o ano de 1994 foi bom para vocês brasileiros; a democracia é plena, os bicheiros estão na cadeia e não atrapalham mais o carnaval, perderam o Senna, mas o futebol é tetra; ganharam notoriedade com a Feira do Livro em Frankfurt; a inflação, apesar de tudo, não faz mais parte daquele *ranking* do Banco Mundial, onde o primeiro lugar já estava reservado; e, até que enfim, os preços daqui são iguais aos de um país civilizado. Neste apagar das luzes de 1994, certamente o visitante querera saber como é a vida nestas bandas do Continente.

O objetivo deste texto é exatamente este: mostrar o lado perverso do novo processo de ajustamento vivido pela economia brasileira em 1994 e apontar, dentro desse novo cenário, quais serão os desafios para 1995.

1 - O ajuste fiscal à custa do social

Numa pesquisa realizada pela DataFolha, às vésperas do segundo turno, nos principais estados da Federação, a população respondeu que os principais problemas são, por ordem: saúde, educação, desemprego, violência. Os temas têm a ver com o descaso do Estado no trato da questão social, agora agravados por esse processo de

* Presidente da Central Única dos Trabalhadores do RS (CUT/RS). O autor agradece a contribuição do Economista da subseção DIEESE-CPERGS, Remi Castioni, na discussão do presente artigo.

ajuste que assola a nossa economia e que alguns autores têm chamado de modernização conservadora (TAVARES, 1994). A CUT sempre destacou, em suas bandeiras de luta, que as políticas sociais são urgentes para o Brasil. Desde os primeiros congressos e ao completar 11 anos de existência, reafirma o descaso de como esses assuntos são tratados pela elite dirigente.

A economia brasileira iniciou 1994 com a discussão do chamado Plano FHC que, a partir de julho, virou real. O Plano FHC consistia em três etapas: equilíbrio fiscal, criação da URV e reforma monetária.

Na Exposição de Motivos nº 395, enviada ao Congresso Nacional em 07.12.93, o Ministério da Fazenda afirmava que a desordem financeira e administrativa do Estado era a principal causa da inflação crônica, que impedia a sustentação do crescimento e perpetuava as desigualdades na sociedade brasileira. Para combater essas causas, o Governo havia lançado, ainda em meados de 1993, o Plano de Ação Imediata (PAI), que conseguiu aumentar a arrecadação mensal da União em US\$ 500 milhões e cortar gastos de US\$ 6 bilhões.

Porém essas medidas eram ainda tímidas, e, dada a aceleração inflacionária, mais cortes deveriam ser feitos. Por isso, partiu-se de um déficit inicial de US\$ 22,2 bilhões, que foi reduzido através de cortes nas despesas com pessoal e com benefícios previdenciários para US\$ 16,3 bilhões. Outras despesas de custeio e capital financiadas com recursos não vinculados foram cortadas, reduzindo ainda mais o déficit, agora para US\$ 9,3 bilhões. Para financiar o saldo remanescente, o Governo conseguiu aprovar junto ao Congresso Nacional uma emenda constitucional, denominada Emenda de Estabilização, que permitia zerar o déficit. Com a aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE), que vigorará até 1995, o Governo propôs a desvinculação das receitas que eram destinadas a estados e municípios e a atender a despesas de custeio e capital. Conseguiu-se, ainda, aumentar em 5% os impostos federais. Os resultados da retenção dos recursos da área social apareceram, meses depois, nos corredores dos hospitais.

Antes mesmo, porém, através de um acordo com o ex-Ministro da Previdência, Antônio Britto, o Governo, em 1993, cortou o repasse de cerca de US\$ 250 milhões mensais à saúde. Entre maio e dezembro daquele ano, US\$ 5,3 bilhões deixaram de ser repassados. Somente para o pagamento dos hospitais conveniados eram necessários US\$ 6,6 bilhões. Os gastos da saúde por trabalhador despencaram de US\$ 83,60 previstos para US\$ 49,00 e caíram ainda mais em 1994. O orçamento deste ano, que só foi aprovado em outubro passado, previa US\$ 20. Foi preciso que as redes de televisão levassem ao ar imagens de pessoas pernoitando nos hospitais públicos para que os recursos voltassem à casa dos US\$ 40,00 por habitante. A calamidade do setor da saúde poderia ser enfrentada destinando recursos para a área de saneamento. Muitos dos problemas acontecem por falta de água tratada e esgoto. Além da saúde, a educação também foi prejudicada com redução do orçamento.

Com a constitucionalidade da COFINS e com o início da cobrança do IPMF desde o início do ano, o Governo vem arrecadando valores acima das suas metas — os valores estabelecidos para este ano são de R\$ 62 bilhões.

Aliando eficiência do lado da arrecadação e corte nos recursos da área social e nas despesas de pessoal, o resultado deveria ser um ajuste perfeito, porém a economia feita com a redução das rubricas acima não repercutiu no item Juros Pagos ao Mercado. Comparando-se o primeiro semestre de 1994 com igual período de 1993, houve um aumento de 202,3% nesse item. Os gastos saltaram, em 1993, de R\$ 165 milhões para R\$ 493 milhões.

2 - Outra vez os salários: a média como "moda" e a URV

O processo de ajustamento da economia brasileira em 1994 tinha como característica a contenção da demanda agregada; para tanto, segundo a receita ortodoxa, a combinação de políticas fiscal, salarial e monetária é imprescindível. Desse modo, feito o ajuste fiscal no papel — mesmo um ano depois, o assunto continua fazendo parte da agenda do Congresso, dando uma clara evidência de que a equipe econômica não tinha lá tanta certeza; os dados disponíveis para o primeiro semestre de 1994 apontam um déficit de US\$ 3,2 bilhões —, desencadeou-se a segunda fase do Plano, com a criação da URV.

O objetivo da instituição da Unidade Real de Valor (URV) era o de atingir uma plena indexação da economia, visando reduzir a dispersão de preços. Além disso, a URV deveria ser capaz de recuperar a função de **unidade de conta** da "moda". Os preços na economia atingiriam, segundo os formuladores do Plano, um estágio de superindexação; a partir desse momento, seria possível acabar com os mecanismos de indexação e lançar uma nova moeda que, assim resgataria as outras atribuições: unidade de troca e reserva de valor. Na prática, a migração para a URV coube apenas aos salários; através de medida compulsória aprovada no Congresso, os preços continuaram ao sabor do mercado.

Os salários mais uma vez seguiram o tradicional: conversão pela média. Nos últimos oito anos, por seis vezes os salários seguiram o mesmo ritual. De 1986 para cá, a cada 1,3 ano, os salários tiveram tratamento conhecido. O movimento sindical sempre denunciou que, a cada conversão pela média, os salários convertidos viravam referência para médias futuras. Foi dessa maneira que, nos últimos anos, o salário médio real despencou. Para ilustrar, ver o Gráfico 1.

Os sucessivos planos econômicos fizeram com que os rendimentos do trabalho reduzissem sua participação na renda nacional. Em 1980, o trabalho representava 50% da renda, hoje se estima em 30%. A contribuição dos salários na renda decresceu, aumentando, por sua vez, os rendimentos oriundos do capital. Mesmo com essas informações, o Governo atribui neutralidade distributiva aos sucessivos planos que adotou. Logo após as conversões pela média real dos salários, a inflação continuou a existir, ainda que em taxas menores, corroendo o poder aquisitivo a partir das médias.

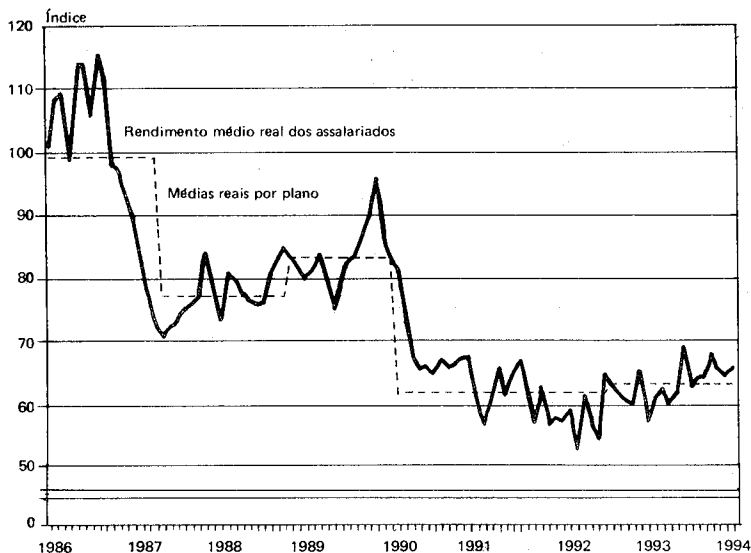
Segundo o DIEESE, os salários médios reais de 1973, de categorias pesquisadas mensalmente, valiam, no momento da conversão, 45% do seu poder de compra de março de 1990. Portanto, a nova média cristalizou perdas. Além disso, a fase da URV foi vendida à sociedade como um gatilho que dispararia no mesmo nível em que aumentassem os preços, porém isso não ocorreu. Pesquisando uma cesta de oito índices, Horn (1994) mostrou que a URV média entre março e junho esteve entre 5,13% e 14,9% abaixo daqueles índices.

A cesta básica pesquisada pelo PROCON-DIEESE em São Paulo teve preços médios, no mesmo período utilizado para conversão dos salários (nov./93 a mar./94), de 85,04 URVs. Na média do mês de junho, véspera da entrada em vigor do real, os preços saltaram para 101,12 URVs, um aumento de 18,9%. Mesmo tendo caído após a vigência do real, os preços, já em fins de setembro, retornaram àquele patamar. Em março, com a introdução da URV, o salário mínimo foi fixado em 64,79 URVs, passando para R\$ 70,00 em setembro, quando o valor deveria ser de R\$ 695,00 (valores de outubro, conforme o DIEESE), cálculo conforme o Decreto-Lei nº 399, que instituiu o salário mínimo em 1938.

Sob a vigência do real, os salários serão reajustados uma vez por ocasião da data-base até ago./95, quando seria extinto qualquer mecanismo de indexação salarial. Essa situação cria problemas para os trabalhadores. Uma categoria com data-base em agosto, seguindo a lei, somente terá reajustes em agosto de 1995. Se considerada uma inflação média de 3% entre ago./94 e jul./95, seu poder de compra terá decrescido 17,05%.

GRÁFICO 1

ÍNDICES DAS MÉDIAS REAIS POR PLANO ECONÔMICO E DO RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS ASSALARIADOS NA GRANDE SÃO PAULO — 1986/94



FONTE: DIEESE.

NOTA: A base dos dados é 1985 = 100.

Aliando-se conversão pela média e aceleração dos preços na fase da URV não carregada para os salários e a falta de mecanismos de proteção na fase do real, é de se prever que os rendimentos dos trabalhadores terão redução considerável.

Foi por conta disso que metalúrgicos, bancários e petroleiros entraram em greve a partir de julho. Bancários e petroleiros pararam por conta da data-base, já os metalúrgicos do ABC iniciaram, em setembro, um movimento que paralisou a cadeia do setor automotivo e desencadeou um grande movimento, em outubro, em todo o Estado de São Paulo, com a adesão dos metalúrgicos da capital.

Antes mesmo, porém, após a entrada em vigor da URV em março, os sindicatos haviam restabelecido negociações com as entidades patronais e acordaram conversões superiores ao que determinava a MP 434. O movimento em busca de elevação dos valores estabelecidos pela MP foi o mais rápido de todos os planos econômicos. Até mesmo a Justiça do Trabalho, fiel escuderia dos planos econômicos, concedeu reajustes na fase da URV superiores ao que determinava a lei. No entanto, através de uma ação orquestrada pelo Ministro do Trabalho, Marcelo Pimentel, ganhos assegurados pela Justiça após a entrada em vigor do real foram anulados pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O Governo justificou que o fim do imposto inflacionário provocou ganhos para os que recebem rendimentos ligeiramente superiores ao mínimo. Estimativas apontam que o fim do imposto provocou ganhos de 8% a 12%, porém, se se contabilizar a inflação acumulada do IPCr (IBGE) nos quatro primeiros meses do real, esse ganho foi anulado, pois a inflação acumulada bate já nos 14%. Sendo assim, o aumento que houve no consumo de bens duráveis deve-se muito mais à sensação de estabilização e ao crédito do que propriamente a ganhos salariais, aliás, antiga reivindicação dos trabalhadores. Porém bastou o aumento do consumo, para que o Governo baixasse medidas restritivas, inviabilizando o crédito, elevando a taxa de juros e reduzindo o número de prestações.

Em resposta à elevação dos preços dos produtos, o Governo, ao invés de negociar nas câmaras setoriais medidas articuladas com os atores sociais, decidiu escancarar as portas da economia brasileira aos produtos importados, com reflexos que serão sentidos no já trágico mercado de trabalho.

3 - Consenso de Washington e eleição de FHC

O Plano Real, salvo adaptações de curso, segue orientações muito semelhantes às colocadas em prática em outros países da América Latina. Chile, Bolívia, Peru e Argentina, em especial este último, seriam o exemplo mais acabado do que a academia chama de "Consenso de Washington" e que, popularmente, os trabalhadores conheceram como projeto neoliberal. Segundo o autor do termo, Honh Williamson, os planos de ajuste dos países em desenvolvimento seguiriam exatamente fases distintas de aplicação, que visam: (a) à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade um superávit fiscal primário; (b) a "reformas estruturais", com medidas apontando no sentido da liberalização financeira e comercial, desregulamentação dos mercados e privatização das empresas estatais; (c) à retomada dos investimentos e do crescimento econômico.

O ajuste fiscal, o resgate da moeda e a reforma constitucional não seriam alcançados se não se viabilizasse uma política que fosse conduzida por *technopols*¹ e que estivesse respaldada num presidente comprometido com esses pressupostos e

¹ Termo cunhado por John Williamson, que se refere às atribuições que economistas teriam à frente da condução da política econômica de planos de estabilização, ao combinar o perfeito manejo do seu *mainstream* (neoclássico e ortodoxo) à capacidade política de implementar nos seus países a mesma agenda e as mesmas políticas do "Consenso de Washington".

que, inclusive, deveria ter continuidade em outros mandatos, pois processos de ajuste como estes são longos, doloridos e demandam continuidade. Por isso, Fiori (1994), na sua máxima, **Os moedeiros falsos**, interpretou com precisão o desenrolar da campanha presidencial e o Plano Real:

"(...) o Plano Real não foi concebido para eleger FHC, foi FHC que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e dar viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial".

A candidatura de Fernando Henrique, respaldada pelo Plano Real, foi vitoriosa nas últimas eleições presidenciais. Antes e depois de os votos serem depositados nas urnas, FHC negou e continua a negar sua vinculação com o projeto do Consenso. Porém, embora ele tenha dito sim e não — "esqueçam tudo aquilo que escrevi" —, a verdade é que a sua trajetória acadêmica e a sua convicção apontam para o fato de que o tripé (burguesia industrial nacional, capital internacional e Estado) tem de ser refeito. No entanto a reconstituição desse tripé, que torna sócia-menor a burguesia nacional do capitalismo ocidental, aliada aos novos desdobramentos e à financeirização do capitalismo internacional e ao esfacelamento do Estado brasileiro, indica a elevação dos "custos sociais" da estabilização com redução do nível de emprego.

Com a eleição de FHC, resta saber agora como irá andar o projeto do Consenso; o pressuposto de que os trabalhadores pagarão a qualquer preço a estabilidade, mesmo com desemprego e pobreza, é aposta de alto risco.

Na Argentina, onde existe essa experiência, os resultados são trágicos. Para uma População Economicamente Ativa (PEA) de 13,9 milhões, 1,5 milhão estão desempregados (10,8% da PEA segundo o Governo). Aposentados, professores, funcionários demitidos das estatais privatizadas, trabalhadores sem qualificação e comerciantes que faliram nos últimos três anos formam o perfil dos "novos pobres", que tinham renda familiar média de US\$ 4 mil. Eles já somam 500 mil famílias desde a edição do Plano Cavallo em abril de 1991. O total de famílias pobres chega a 1,5 milhão (ESP 13.11.94). Dos 2,8 milhões de aposentados, 854 mil recebem pensão de US\$ 113, que é 20% da cesta básica argentina. O salário máximo para os aposentados é de US\$ 500.

4 - Impactos sobre o mercado de trabalho

A passagem do modelo taylorista-fordista para o toyotismo marcou uma nova etapa no capitalismo. A globalização da economia neste final de século é também a globalização do mercado de trabalho (IANNI, 1994). A nova fábrica global gerou novas formas de organização da produção, com reflexos para as relações produtivas e o movimento dos trabalhadores.

A consolidação de um novo padrão industrial nos países avançados, denominado de Terceira Revolução Industrial, antes de proporcionar novas oportunidades para as pessoas, tem contribuído para o fim do *Welfare State* keynesiano (WSK). O acordo que deu sustentação à reconstrução das economias do Pós-Guerra e pela primeira vez assegurou o pleno emprego no capitalismo chegou ao fim na maioria dos países, com exceção dos escandinavos e dos nórdicos, onde ainda estão presentes os interesses dos atores sociais.

A chamada "Reestruturação Produtiva" tem resultado no maior número de desempregados da OCDE — 35 milhões em 1993 ante 25,309 milhões em 1989. O aumento de 10 milhões de desempregados em apenas quatro anos fez com que o assunto fosse tratado, neste ano, por dirigentes dos países que fazem parte do G-7. Ao final do encontro, em Detroit, no mês de março, o Secretário do Trabalho dos Estados Unidos, Robert Reich, afirmou que "um número surpreendentemente elevado daqueles que perderam seus empregos jamais os terá de volta". Dada a gravidade do assunto, o G-7 marcou nova reunião para julho, em Nápoles (Itália), somente para analisar o problema do emprego, porém as medidas para enfrentar a questão ainda são insignificantes. Hoje ganha destaque a realização de uma grande conferência internacional sobre a questão do trabalho, a exemplo do que foi a ECO-92 (MATTOSO, 1994). Nesta tumultuada travessia por que passam as economias avançadas, tem aumentado o emprego parcial, o desemprego de longa duração (mais de um ano) é maior, e os recursos destinados pelo Estado à sociedade para as políticas passivas de emprego são superiores às ativas².

Este desemprego estrutural tem se manifestado no aguçamento da questão social. A subclasse, constituída pelos excluídos do mundo do trabalho, resulta em pauperismo, desorganização familiar, preconceito dos mais diferentes tipos de idade, sexo e raça.

O Brasil não poderia ficar imune a esse processo. Mesmo não tendo assegurado à população os benefícios do WSK e realizado as grandes revoluções industriais muito tempo depois de elas terem acontecido nos seus países de origem, nos vemos diante da consolidação de um novo padrão industrial, do qual temos que participar de qualquer forma. No entanto essa busca incessante pela modernidade, que tem na competitividade, na produtividade e na qualidade total suas palavras de ordem, tem custado muito caro aos trabalhadores.

A campanha coordenada pelo Betinho, Contra a Fome e Pela Cidadania, revelou que 32 milhões de pessoas passam fome no País. A pedido da campanha, o IBGE divulgou, em março passado, o Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil. Para uma PEA de 64,468 milhões, 62,100 milhões estão ocupados; destes, 14 milhões trabalham sem carteira assinada; 12,3 milhões recebem menos de um salário mínimo por mês; e 15 milhões recebem entre um e dois mínimos por mês. A média salarial é de 4,1 salários mínimos/mês; 5,2 milhões trabalham e não são remunerados. Segundo o conceito do IBGE,³ 2,4 milhões estão desempregados.

Analisando-se os dados do Convênio SEADE/DIEESE na grande São Paulo, no período 1989-93, observa-se, segundo a Tabela 1, que a participação do emprego assalariado caiu 14,2%, influenciado pela diminuição dos empregos com carteira assinada (16,2%). Cresceu o número de autônomos e de empregadores, não o suficiente, porém, para reduzir o número de desempregados, que, no período em análise, se elevou em 69,8%.

² Políticas passivas de emprego constituem-se, basicamente, em indenização ao desempregado e estímulo à aposentadoria. Já as políticas ativas de emprego podem ser resumidas como sendo as que estimulam a manutenção do emprego, a promoção do emprego, as atividades que geram emprego e a formação profissional.

³ A pesquisa do IBGE considera desempregada a pessoa que procurou trabalho na semana da entrevista (sete dias) e não realizou nenhum trabalho remunerado (ou trabalho familiar superior a 15 horas) no mesmo período. Já a metodologia da Fundação SEADE/DIEESE pesquisa a situação das pessoas que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, o que, seguramente, eleva o número de desempregados. Segundo essa metodologia, estima-se em oito milhões o número de desempregados no País.

Tabela 1

Evolução e composição da População em Idade Ativa
na Grande São Paulo - 1989-1993

ITENS	(%)			
	1989	1991	1993	VARIAÇÃO % 1993/1989
População em Idade Ativa	100,0	100,0	100,0	0,0
População inativa	38,9	38,7	38,6	-0,8
População Economicamente Ativa	61,1	61,3	61,4	0,5
População ocupada	55,8	54,1	52,5	-5,9
Empregador	2,3	2,7	2,7	17,4
Autônomo	8,6	8,6	9,4	9,3
Emprego assalariado	40,2	36,5	34,5	-14,2
Com carteira	35,1	31,5	29,4	-16,2
Sem carteira	5,1	5,0	5,0	-2,0
Empregado doméstico e/ou outros	4,5	5,1	5,4	20,0
Desemprego	5,3	7,2	9,0	69,8
Aberto	4,0	4,9	5,3	32,5
Oculto	1,4	2,3	3,7	164,3
População ocupada	100,0	100,0	100,0	0,0
Indústria	33,0	28,3	25,1	-23,9
Construção civil	3,9	2,8	2,9	-25,6
Comércio	14,7	16,3	16,4	11,6
Serviços	41,2	44,9	47,6	15,5
Serviço doméstico	6,1	7,0	7,0	14,7
Demais setores	0,9	0,7	0,6	-33,3

FONTE: PED - Convênio SEADE/DIEESE.

O processo de reestruturação produtiva reflete muito bem como a variável de ajuste tem sido no emprego. No período, o número de ocupados na indústria diminuiu 23,9%. Os que perdem o emprego têm procurado nas atividades paralelas a sua sobrevivência. Por isso, cresce nas grandes cidades a prostituição, o tráfico de drogas e o crime organizado.

Enquanto diminui a ocupação na indústria, aumentam os índices de produtividade. Analisando-se os dados de maio do **Levantamento de Conjuntura** da FIESP e tomando-se por base o ano de 1988, o salário por hora trabalhada cresceu 12,5%, enquanto a produtividade cresceu o dobro, 25,4%, o que demonstra que as empresas

teriam condições de ou diminuir os preços no mercado, ou absorver aumentos salariais sem nenhuma pressão na formação dos seus custos. O que se pode observar é que os preços mantiveram sua tendência de alta mesmo após a introdução da URV, e o salário médio real da indústria paulista cresceu 8,3%, demonstrando que ainda há margem para as empresas aumentarem a folha de pagamento no limite do aumento da produtividade, sem pressão na estrutura de custos.

Tabela 2

Índices de produtividade e do salário na indústria paulista - 1988/94

PERÍODO	SALÁRIO POR HORA TRABALHADA	PRODUTIVIDADE
1988	100,00	100,00
1989	103,90	101,50
1990	97,10	100,50
1991	96,70	104,70
1992	108,30	108,70
1993	109,71	127,02
1994		
Jan.	107,60	124,20
Fev.	105,80	124,70
Mar.	103,20	125,30
Abr.	115,30	125,40
Maio	112,50	125,40

FONTE: FIESP - Levantamento de Conjuntura.

Por tudo isso, a questão social é urgente para o povo brasileiro. Esse processo de ajuste microeconômico combinado com as políticas de cunho neoliberal está criando duas classes: uma dos superespecializados e outra dos excluídos. É por isso que a CUT elegeu como uma das suas bandeiras neste final de século a questão do emprego. É urgente se adotarem medidas que reduzam os níveis de desigualdade social, atributo principal para a construção de uma sociedade democrática.

Além da questão do emprego, as relações de trabalho no Brasil precisam ser revistas. É preciso romper com o modelo vigente até então inspirado na experiência corporativa da Itália fascista. Faz-se necessária a existência de liberdade e autonomia sindical, a organização por local de trabalho, a constituição de sindicatos por ramo de produção e a adoção do contrato coletivo de trabalho.

O atual sistema de relações de trabalho tem se constituído num modelo que protege cada vez menos os trabalhadores; que não possibilita a regulamentação autônoma dos agentes com capacidade de atender à dinâmica e às transformações do mundo do trabalho; que não assegura mecanismos e instrumentos jurídicos que possibilitem o equilíbrio de forças entre os agentes e que estimulem a efetiva negociação coletiva de trabalho; que dificulta o diálogo direto e permanente entre as empresas e os trabalhadores; que estimula o descumprimento das normas trabalhistas ante a ineficiência da Justiça do Trabalho na composição dos direitos individuais do trabalho; e em que o Estado representa um papel meramente repressor dos conflitos coletivos, quando deveria estimular a resolução voluntária dos mesmos.

5 - Perspectivas

Tendo essa modernização conservadora como cenário, a CUT vê que o projeto de modernização confunde consumidor com cidadão. Não é por menos que os programas de Gerenciamento pela Qualidade Total (TQC) têm eleito o cliente como rei, não só o externo, mas o interno também. Nesse sentido, os programas que hoje são a vedete em todo o País — depois do Japão, tem sido aqui que eles existem em maior número — mascaram o conflito entre trabalho e capital, tratando a todos como clientes. A realidade é que quanto mais complexas forem as estruturas organizacionais, mais exacerbado será o conflito.

Os trabalhadores entendem que a questão social não pode ser relegada. Ela deve ser enfrentada com propostas concretas que visem incorporar os excluídos deste novo modelo. Por isso, vêem com preocupação as medidas adotadas pela equipe econômica que aposta na sobrevalorização cambial e no escancaramento da economia. Tais medidas poderão afetar sensivelmente o nível de emprego. O custo da estabilidade não pode estar assentado à custa do desemprego.

A equipe econômica que aí está tem hesitado em aceitar as experiências exitosas das câmaras setoriais. Nessa sistemática, embora se inviabilizem as formas de fazer política de cima para baixo, os resultados ainda não indicam um sucesso total. Os acordos firmados puderam manter o nível de emprego, e a produção, por conta da renúncia fiscal, elevou-se em muito. Seria necessário que se estabelecesse uma coordenação entre os vários interesses não só das cadeias produtivas afetadas, mas de um projeto de política industrial, rumo a uma abertura, lenta, gradual e segura para que a situação não seja agravada ainda mais. Assim, o cenário daqui para a frente, ao invés do escancaramento, deveria ser o organizado-defensivo (CANO, 1993). Organizado no sentido de que é preciso transformar o Estado não no Estado mínimo dos neoliberais, mas, sim, no Estado que tem o poder de estruturar a política econômica e a social. Defensivo porque é preciso proteger a nossa indústria e, gradativamente, expô-la à concorrência internacional. É necessário que se faça uma política econômica planejada e que, paulatinamente, se integre aos mercados internacionais.

Dada a complexidade do atual estágio, torna-se necessária a definição de políticas de emprego e renda no Brasil. Nesse particular, o Estado tem um papel fundamental ao destinar fundos sociais (FAT, FGTS) para aplicação na geração de emprego e renda. O Programa de Renda Mínima do Senador Suplicy (PT/SP), por exemplo, possibilitaria manter fora do mercado de trabalho um enorme contingente de crianças e de velhos com mais de 65 anos de idade, que disputam com os demais um lugar ao sol.

Os bancos públicos (BNDES, CEF e BB) deveriam, a partir desse compromisso, liberar financiamentos apenas com comprometimento de metas de geração de maior número de postos de trabalho e não financiar exclusivamente a modernização, hoje baseada em tecnologias poupadoras de mão-de-obra. A liberação desses recursos para modernização, hoje oriundos, na sua maioria, do FAT, deveria resultar numa maior democratização do projeto de reestruturação, com a participação dos trabalhadores, já que os recursos são provenientes da contribuição sobre a folha de pagamento.

Apropiada flexibilização do mercado de trabalho reivindicada pelos empresários, no Brasil, é a mais complacente. O trabalhador médio fica desempregado 2,5 vezes ao ano; não existem penalidades para a demissão imotivada; e a jornada de trabalho é uma das maiores do Mundo.

Aliás, uma das formas de aumentar as oportunidades da ocupação é a redução da jornada de trabalho. Os países avançados já perceberam isso e já colocam em prática medidas nesse sentido. A Tabela 3 mostra que temos muito a avançar nesse terreno.

Tabela 3

Evolução das horas médias anuais de trabalho assalariado em países e anos selecionados

ANOS	ALEMANHA		EUA		BRASIL	
	Hora	Ind.	Hora	Ind.	Hora	Ind.
1950	2 316	100	1 867	100	2 419	100
1973	1 804	78	1 754	94	2 419	100
1990	1 589	68	1 750	93	2 218	92

ANOS	FRANÇA		JAPÃO		INGLATERRA	
	Hora	Ind.	Hora	Ind.	Hora	Ind.
1950	1 989	100	2 289	100	1 958	100
1973	1 771	89	2 185	94	1 688	86
1990	1 539	77	2 099	92	1 518	77

A reforma agrária é urgente no País. Sem ela, os conflitos pela posse da terra e a miséria no campo continuarão a persistir. Não só isso, garantir assistência técnica ao produtor rural, integrar os assentamentos a projetos de agroindústria, a fim de que possam agregar maior valor e produzir para o mercado interno, deve ser a meta. Além disso, a política agrícola deve contemplar o pequeno produtor, o eterno esquecido e ao qual compete pôr os alimentos na mesa do trabalhador.

Os trabalhadores acreditam que, se a questão social não for enfrentada com dignidade, seguramente este Governo constituído perderá a total credibilidade assegurada pelo regime democrático nas últimas eleições. Mais do que perspectivas, descreve-se aqui a preocupação e quer-se partilhá-la com os demais setores da sociedade, visando construir juntos a cidadania.

Bibliografia

- BOLETIM DE CONJUNTURA (1994). Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, v.14, n.3, out.
- BRASIL. Ministério da Economia Fazenda e Planejamento (1993). **Exposição de motivos, n.395**. 7 dez.
- CANO, Wilson (1993). **A economia brasileira e a nova (des)ordem internacional**. São Paulo: UNICAMP.
- DIEESE (1994). Os salários na passagem para o real. **Divulgação**, São Paulo, n.4, jul.
- DIEESE (1994a). Os trabalhadores e o programa brasileiro da qualidade e produtividade. **Seminário & Eventos**, São Paulo, n.1, set.
- DIEESE (1994b). O desemprego e as políticas de emprego e renda. **Pesquisa DIEESE**, São Paulo, n.10, out.
- ESTADO DE SÃO PAULO (13.11.94). São Paulo.
- FIORI, José Luís (1994). Os moedeiros falsos. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 6-7 jul. Caderno mais.
- HORN, Carlos H. (1994). Os preços na fase dois do Plano Real: foi a URV um "indexador contemporâneo"? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.2, p.81-91.
- IANNI, Octávio (1994). O mundo do trabalhador. **São Paulo em Perspectiva: trabalho, globalização e tecnologia**, São Paulo, v.8, n.1, p.2-12, jan./mar.
- IBGE (1994). **Mapa do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro. v.1.
- MATTOSO, Jorge Eduardo Levy (1994). Trabalho sob fogo cruzado. **São Paulo em Perspectiva: trabalho, globalização e tecnologia**, São Paulo, v.8, n.1, p.13-21, jan./mar.
- MOSSRI, Sonia (1994). Cresce 50% número de pobres na Argentina. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 nov., p.2-12.
- TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luís (1994) **Desajuste global e modernização conservadora**. São Paulo: Paz e Terra.